

CAPITAL INTELECTUAL E SUSTENTABILIDADE

RAPHAEL COSTA FERREIRA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
RAPHAEL_RED2@YAHOO.COM.BR

VICTOR DOS SANTOS CARDOSO
Universidade Presbiteriana Mackenzie
VICTORSCARD@GMAIL.COM

ROBERTA CAPOTE COSTA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
ROBERTACOAST@HOTMAIL.COM

MARIA THEREZA POMPA ANTUNES
Universidade Presbiteriana Mackenzie
mariathereza@mackenzie.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2.1. Definindo Sustentabilidade.....	3
2.2. Evidenciação (<i>disclosure</i>) das informações socioambientais	4
2.2.1. Relatório de Sustentabilidade GRI	7
2.3. Indicadores de Sustentabilidade	8
2.4. Capital Intelectual	9
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	12
5. CONCLUSÃO	14
REFERÊNCIAL	15

1. INTRODUÇÃO

Fatores como a intensificação do processo de globalização, a constante inovação da tecnologia, o aumento do fluxo de informações e a crescente preocupação da sociedade com questões de caráter social e ambiental têm gerado atualmente profundas mudanças econômicas e sociais. As organizações empresariais da atualidade, por atuarem dentro dessa dinâmica e complexa realidade têm dedicado esforços para se adaptarem às contínuas transformações de seu ambiente de atuação.

De acordo com Savitz e Weber (2007), as empresas estão ingressando na chamada “Era de Responsabilidade”, na qual, segundo os autores, “cada vez mais, os negócios são considerados responsáveis não só por suas próprias atividades, mas, também, pelas dos fornecedores, pelas comunidades em que atuam e pelas pessoas que usam seus produtos”.

Diante desse cenário, no qual as atividades corporativas são direcionadas pelas condições e exigências de seu ambiente de atuação, a crescente conscientização dos cidadãos, governos e meios de comunicação em relação às questões socioambientais, tem levado as empresas a repensarem suas práticas gerenciais e a adotarem ações socialmente responsáveis e sustentáveis (LEMME, 2010).

Ainda em referência às constantes mudanças do atual cenário econômico mundial, tem-se, segundo Stewart (1998), a economia da nova “Era da Informação”, onde a informação e o conhecimento tornaram-se recursos proeminentes nas organizações e fontes fundamentais de riqueza. Dessa forma, o Capital Intelectual bem como outros ativos intangíveis tornaram-se a força motriz de diferenciação e geração de valor das empresas.

De acordo com Antunes (2004, p.197), Capital Intelectual pode ser entendido como o conjunto de conhecimento que a empresa possui proveniente das pessoas que, por meio das suas competências e habilidades, materializam-no em novas tecnologias, processos e produtos/serviços com a finalidade de atingir objetivos estratégicos, sendo necessária, entretanto, a sua adequação à estratégia da empresa.

Dessa forma, a Sustentabilidade Corporativa e o reconhecimento da importância do Capital Intelectual assumem importantes papéis nas estratégias de atuação das organizações.

Nesse sentido, Lemme (2010, p. 54) afirma que:

(...) uma das mais importantes associações entre sustentabilidade corporativa e desempenho empresarial consiste no fortalecimento de ativos intangíveis, desde a capacitação tecnológica, decorrente do processo de inovação, à liderança de marcas e à imagem institucional, passando pela atração de talentos profissionais, pelo desenvolvimento de capital humano e pela fidelidade de clientes e fornecedores.

Com base na afirmação do referido autor, juntamente com o crescente comprometimento das empresas com ações socialmente responsáveis e sustentáveis, a temática de pesquisa aqui proposta visa evidenciar a existência, ou não, de uma relação entre Sustentabilidade Corporativa e Capital Intelectual. Nesse contexto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **O fato de as sociedades anônimas terem reconhecido comprometimento com a sustentabilidade contribui para o fortalecimento de seu Capital Intelectual?**

Com o intuito de responder a questão de pesquisa, têm-se como objetivo geral conhecer a relação existente entre o grau de intangibilidade (GI) e a sustentabilidade nas sociedades abertas com ações negociadas na BM&FBOVESPA. Para alcançar o objetivo geral propõem-se: (1) calcular o GI de cada empresa listada na BM&FBOVESPA nos anos entre 2008 e 2011; (2) separá-las em dois grupos de análise, sendo um formado pelas empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e, outro, denominado

grupo de controle, formado pelas demais empresas; e (3) comparar a média dos setores, de forma a verificar se as empresas do ISE se sobrepõem em relação às demais no que se refere a intangibilidade, denotando, assim, maior fortalecimento de seu Capital Intelectual.

Muito embora esses dois temas venham sendo tratados na literatura acadêmica e corporativa com intensidade nos últimos anos, não se observa a realização de estudos empíricos que associem conjuntamente essas duas variáveis. Dessa forma, entende-se que o presente estudo pode contribuir para ampliar o conhecimento acerca dos dois assuntos e estimular o desenvolvimento de medidas quantitativas que incorporem essas duas variáveis à avaliação de desempenho empresarial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definindo Sustentabilidade

Em termos gerais, o conceito de sustentabilidade pode ser apresentado, segundo Philippi (2001, apud ARAÚJO et. al, 2006), como a capacidade de se auto sustentar, de se auto manter. Logo, segundo o autor, uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida por um longo e indeterminado período de tempo, de forma a não se esgotar apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Esta definição é reforçada por Vellani e Ribeiro (2006) que associam o termo sustentabilidade a algo ininterrupto, cíclico, com perspectiva de continuidade.

Por ser um conceito amplo, muitos autores reconhecem a dificuldade de se apresentar uma definição única. Sendo assim, o tema será analisado por meio de duas perspectivas: a macro e a micro, propostas por Milani (2011).

De acordo com o autor, a macro perspectiva é embasada no relatório de *Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. O relatório elaborado por esta comissão define desenvolvimento sustentável como sendo aquele capaz de satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Por outro lado, a micro perspectiva, continua MILANI (2011), “centra-se nas necessidades de sobrevivência e sucesso das organizações”.

Sob a ótica da micro perspectiva, a maioria dos estudos apresenta a sustentabilidade como resultado da interação de três dimensões que a compõem: a dimensão ecológica ou ambiental, a dimensão econômica e a dimensão social. Essas dimensões são reconhecidas internacionalmente no mundo dos negócios como *Triple Bottom Line* (TBL) (VELLANI e RIBEIRO, 2006).

Nesse sentido, Lemme (2010, p. 39) afirma que:

A partir da conhecida expressão *bottom line*, utilizada por profissionais de finanças para designar o resultado líquido de uma empresa, o termo TBL passou a indicar a interação entre os resultados financeiros, ambientais e sociais para a mensuração do desempenho corporativo.

A **Sustentabilidade ecológica ou ambiental** é entendida como aquela que “estimula empresas a considerarem o impacto de suas atividades no ambiente e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho” (GROOT, 2002; SPANGENBERG e BONNIOT, 1998, apud CLARO et. al, 2008, p. 292). Dessa forma, a sustentabilidade ambiental é alavancada pela limitação no uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, pela limitação no consumo, pela geração de tecnologias limpas, além da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental (ARAÚJO et al., 2006).

Em síntese, pode-se dizer que esta dimensão trata da revisão e aperfeiçoamento dos processos organizacionais de forma a promoverem a redução dos seus impactos negativos no meio ambiente.

A **Sustentabilidade social**, por sua vez, é aquela que tem como meta a melhoria da qualidade de vida da população, direta ou indiretamente ligada à empresa, e a sociedade na qual ela está inserida. São vários os indicadores que podem revelar que a empresa é socialmente sustentável, os mais comuns são: compensação justa, horas de trabalho razoáveis, ambiente de trabalho seguro e saudável, proibição de mão de obra infantil e de trabalho forçado e, ainda, respeito aos direitos humanos (CLARO et. al, 2008).

Por fim, tem-se a **Sustentabilidade econômica** entendida como aquela que “refere-se à gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado” (SACHS, 1993). Portanto, esta dimensão promove um aperfeiçoamento das estratégias empresariais, estimulando a eficiência operacional de forma a gerar vantagem competitiva, resultando em retornos financeiros constantes que possibilitem a remuneração do capital próprio e de terceiros, além de contribuir para a manutenção das atividades organizacionais.

Embasado no *triple bottom line*, segundo Domeneghetti e Meir (2009), tem-se o conceito de Sustentabilidade Corporativa.

De acordo com Lemme (2010, p. 38) “a definição de sustentabilidade corporativa parte do equilíbrio entre os aspectos financeiros, ambientais e sociais na gestão e avaliação de empresas [...]”. Portanto, ainda segundo o autor, estes três aspectos não podem ser apresentados como concorrentes, mas como partes inseparáveis de um processo único.

Partindo-se da premissa da micro perspectiva, pode-se definir uma empresa sustentável como:

[...] aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações. Suas atividades promovem a inserção entre os interesses de negócios e os interesses do meio ambiente e da sociedade. (SAVITZ e WEBER, 2007, p. 02).

Complementando-se a definição de Savitz e Weber (2007), tem-se a apresentada pela BM&FBOVESPA a qual define uma empresa sustentável como aquela capaz de gerar valor aos seus acionistas no longo prazo, uma vez que se mostra mais bem preparada para minimizar os efeitos de riscos econômicos, sociais e ambientais.

É importante salientar que “o conceito de sustentabilidade corporativa parte da inserção dos aspectos socioambientais no modelo de negócios das empresas” e, portanto, “não deve ser confundida com ações ambientais ou sociais isoladas conduzidas por empresas, muitas vezes por intermédio de organizações separadas da estrutura principal, como fundações de propósitos específicos.” (LEMME, 2010, p. 51).

2.2 Evidenciação (*disclosure*) das informações socioambientais

Conforme Hendriksen e Van Breda (1999), os grupos que têm interesses legítimos no desempenho das organizações foram ampliados devido à complexidade da economia moderna e, dessa forma, exige-se que as informações divulgadas por elas atendam a diversos usuários e não somente aos investidores. Nesse sentido, a crescente conscientização dos cidadãos, governos e meios de comunicação em relação às questões socioambientais, tem levado as empresas a repensarem suas práticas gerenciais (LEMME, 2010), criando-se, dessa forma, uma necessidade de evidenciação de tais práticas.

De acordo com Aquino e Santana (1992, p. 01), “evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza”; e “evidente é aquilo que não oferece dúvida”, ou seja, que se compreende prontamente. Os dois autores propõem a união destas duas conceituações, de forma a definir

evidenciação (*disclosure*) como sendo a “divulgação com clareza”; a “divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado”.

Incorporando os conceitos do tema às práticas contábeis, Iudícibus (2006) afirma que o *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para vários tipos de usuários.

Conforme Deliberação nº 29 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 05 de fevereiro de 1986, “a Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinada a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”. Dessa forma, ao elaborar e divulgar relatórios e demonstrativos a seus usuários, a Contabilidade está se utilizando da evidenciação para o cumprimento de seus objetivos.

Ponte e Oliveira (2004, p. 09) destacam que as empresas podem adotar formas distintas de evidenciação, “mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis”.

Nesse sentido, muitos conceitos têm sido utilizados com relação à “quantidade” de evidenciação; surgindo expressões como evidenciação adequada (*adequate disclosure*), evidenciação justa (*fair disclosure*) e evidenciação plena (*full disclosure*). Entretanto, não há diferença efetiva entre tais conceitos, uma vez que toda informação para o usuário precisa ser ao mesmo tempo adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe objeto de evidenciação (IUDÍCIBUS, 2006).

Dentre as várias formas de evidenciação das informações contábeis pode-se destacar, conforme Iudícibus (2006), as demonstrações contábeis; informações entre parênteses; notas explicativas; quadros e demonstrativos suplementares; comentários do auditor e relatório da administração. Todas essas formas de evidenciação constituem importantes ferramentas utilizadas pela Contabilidade para o cumprimento de seus objetivos, uma vez que permitem demonstrar a seus diversos usuários a situação financeira e econômica da organização objeto de análise.

Devido à necessidade de evidenciar ações empresariais de natureza social e ambiental, surgiu na Europa na década de 70, um dos primeiros instrumentos que tinha por finalidade suprir tal falta, conhecido atualmente como Balanço Social.

TINOCO (2010) define Balanço Social como um instrumento de gestão e de informação que, na busca do desenvolvimento sustentável, visa evidenciar informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades aos seus *stakeholders*.

Apesar de ser um relatório pioneiro na evidenciação de informações socioambientais, o Balanço Social ainda não apresenta uma estrutura padronizada para sua elaboração e apresentação, dificultando, assim, a comparabilidade entre empresas que optam por sua divulgação.

No Brasil, essa demonstração não é obrigatória muito embora algumas empresas optem por divulgar. De forma a se contornar a questão da falta de comparabilidade, boa parte dessas empresas se utiliza do modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) que, desde 1998, fornece o “Selo Balanço Social” às empresas de médio e grande porte que elaboram e divulgam o balanço social segundo sua estrutura.

O “Balanço Social” do Ibase é composto por sete itens. O Quadro 1 apresenta os dados e as informações sugeridas para cada um desses itens:

Quadro 1 – Itens sugeridos para elaboração do Balanço Social (Modelo IBASE)

Indicador	Abrangência
Base de Cálculo	Contempla receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta.
Indicadores Sociais Internos	Contemplam alimentação, previdência privada, saúde, educação, cultura,

	capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros e resultados e outros benefícios.
Indicadores Sociais Externos	Contemplam o total das contribuições para a sociedade (somatório dos investimentos na comunidade) e os tributos, excluídos encargos sociais.
Indicadores Ambientais	Contemplam os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, os investimentos em programas/projetos externos e as metas anuais.
Indicadores do Corpo Funcional	Contemplam o número de negros (as) que trabalham na empresa.
Informações Relevantes	Contemplam a relação entre a maior e a menor remuneração, o número total de acidentes de trabalho, as normas e o valor adicionado.
Outras Informações	Contemplam outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

Fonte: IBASE (2012)

Ainda em relação à evidenciação das informações contábeis de natureza social e ambiental, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução - CFC nº 1.003 de 19/08/2004, que estabelece os procedimentos para evidenciação de informações dessa natureza com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

De acordo com a NBC T 15, entende-se por informações de natureza social e ambiental a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente. Além disso, a referida norma estabelece que todas estas informações deverão ser evidenciadas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (opcional), cuja divulgação deve ser efetuada de forma a complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo, portanto, com notas explicativas.

Na sequência, o Quadro 2 apresenta as informações de natureza social e ambiental segundo a referida norma:

Quadro 2 – Informações de natureza social e ambiental (NBC T 15)

Informações	Descrição
Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.
Recursos Humanos	A informação “Recursos Humanos” é segregada em Remuneração e benefícios concedidos; Composição do corpo funcional e contingências e passivos trabalhistas.
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	É segregada em interação com a comunidade, interação com clientes e interação com fornecedores. (1) Interação com a comunidade: compreendem dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, devendo ser evidenciados os totais de investimentos em educação (exceto a de caráter ambiental); cultura; saúde e saneamento; esporte e lazer (não considerados patrocínios com finalidade publicitária) e alimentação; (2) Interação com clientes: compreendem dados sobre o relacionamento com os clientes da entidade, devendo ser evidenciados o número de reclamações efetuadas contra a organização (recebidas diretamente na entidade, por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, ou por meio da Justiça); o número das reclamações atendidas em cada instância arrolada; o montante de multas e indenizações a clientes (determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça); e ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações; (3) Interação com fornecedores: compreendem dados sobre o relacionamento com os fornecedores da entidade, devendo ser evidenciados, caso sejam utilizados, os critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.
Interação com o Meio Ambiente	Compreendem os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e

	administradores da entidade; investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; investimentos e gastos com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e passivos e contingências ambientais.
--	---

Fonte: NBC T 15.

Ainda em relação à NBC T 15, tem-se que é importante categorizar os investimentos e gastos com educação ambiental como interação com o meio ambiente. Todavia, Vellani e Ribeiro (2006) chamam a atenção para o fato de que os gastos com educação ambiental, por causa de suas características de projeto educacional, estão mais próximos de gastos em atividades relacionadas com o *bottom line* social.

Portanto, nota-se que, apesar das diretrizes apresentadas, ainda existem dificuldades para a identificação e classificação da natureza dos gastos, tornando a comparação inexecutável, uma vez que as empresas podem adotar diferentes critérios de categorização de seus gastos socioambientais.

Dessa forma, com o intuito de minimizar as discrepâncias existentes, verifica-se o surgimento de algumas organizações destinadas à criação de padrões universais de evidenciamento de informações de natureza socioambiental. Dentre elas, tem-se a *Global Reporting Initiative* (GRI).

2.2.1 Relatório de Sustentabilidade GRI

Atualmente um dos relatórios mais utilizados internacionalmente é o proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), criada em 1997, segundo o Instituto Ethos, com a missão de “desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo”. A estrutura se encontra em sua terceira geração, já com a quarta em desenvolvimento, e prevista para ser lançada em maio de 2013 (ETHOS, 2012).

A atual estrutura, disponível no sítio da GRI, está dividida em diretrizes, nas quais se encontram as orientações de como elaborar o relatório e o que deve nele constar e, ainda, seis conjuntos de protocolos de indicadores. O Quadro 3 apresenta esses 6 indicadores:

Quadro 3 – Indicadores socioambientais (GRI)

Indicadores	Descrição
Econômico	Referem-se aos impactos econômicos gerados pela organização aos seus <i>stakeholders</i> , em nível local, nacional e global.
Meio Ambiente	Referem-se aos impactos gerados pela organização sobre os sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água.
Direitos Humanos	Referem-se à importância dada pela empresa aos direitos humanos, abrangendo assim, práticas de seleção de investimentos, fornecedores e empresas contratadas, bem como o treinamento dado aos funcionários a respeito de direitos humanos e sobre não discriminação entre outros temas correlatos.
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Referem-se ao cumprimento das normas internacionalmente reconhecidas referentes a práticas trabalhistas.
Responsabilidade pelo Produto	Referem-se aos aspectos do produto ou serviço que afetam os clientes diretamente, são eles: saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade.
Sociedade	Referem-se ao impacto gerado pela entidade na sociedade que está inserida e a divulgação de como os riscos referente a sua interação são medidos e geridos. A ênfase principal está nos riscos de suborno e corrupção, influência indevida na elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio.

Fonte: GRI (2012).

Ainda de acordo com informações extraídas do sítio da GRI, para garantir aos *stakeholders* que os relatórios estejam dentro dos padrões estabelecidos, faz-se um exame do nível de aplicação, classificando, assim, o relatório produzido em três níveis: A, B e C, conforme os itens e documentos divulgados. Quanto maior a quantidade de itens divulgados dos conjuntos de protocolos, maior será a avaliação atribuída garantindo, assim, o nível de transparência do relatório.

Além disso, independentemente do nível de classificação, o relatório pode receber um *status* adicional “+”. Para tanto, é necessário que o relatório seja submetido a uma verificação externa, e que a empresa faça uma declaração afirmando que o mesmo foi submetido e anexa ao relatório.

É importante salientar que a GRI não está atestando para a qualidade da verificação externa ao dar o *plus* “+” ao nível, mas apenas para o fato desta ter sido feita e de haver uma declaração da empresa alegando isso.

2.3 Indicadores de Sustentabilidade

Tendo em vista a tendência internacional das empresas de se voltarem para práticas socialmente responsáveis e sustentáveis, a BMF&BOVESPA, conjuntamente com a ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente, desenvolveu o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Inspirado em índices internacionais como *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* e *FTSE4Good*, o ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira formada por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade, de forma a tornar-se um referencial do desempenho das ações de tais empresas e, ainda, visando estimular boas práticas das demais organizações.

De acordo com informações extraídas do sítio da BMF&BOVESPA, a fim de avaliar o desempenho com relação aos aspectos de sustentabilidade das companhias emissoras das 200 ações mais negociadas na Bolsa de Valores, a referida instituição contratou o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV) para desenvolver um questionário com questões objetivas e de preenchimento voluntário. Nesse questionário, além dos conceitos do *Triple Bottom Line (TBL)*, foram acrescentados outros três critérios de seleção: (1) critérios gerais (que questiona, por exemplo, a posição da empresa perante acordos globais e se a empresa publica balanços sociais), (2) critérios de natureza do produto e (3) critérios de governança corporativa.

Com base nos questionários respondidos, é feita uma análise estatística que aponta as empresas com melhor desempenho, as quais comporão a carteira final do ISE. Vale observar que o número máximo é de 40 empresas, sendo que um mesmo setor econômico não pode ter participação superior a 15% em relação à carteira total. De forma a se manter a carteira sempre atualizada, ela é revisada anualmente, bem como o questionário.

2.4 Capital Intelectual

Antes de iniciar a conceituação de Capital Intelectual faz-se necessário, primeiramente, delinear conceitos importantes acerca dos ativos intangíveis, pois tratam-se de elementos essenciais que constituem a matéria objeto de estudo.

Ativo, conforme Pronunciamento Técnico nº 04 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), é um recurso controlado pela entidade e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros. Os Ativos Intangíveis, por sua vez, são definidos como ativos não monetários identificáveis sem substância física, de acordo com o mesmo CPC. Vale observar que a definição de ativo intangível emitida pelo CPC 04 requer, ainda,

que o Ativo Intangível seja identificável para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Esta definição, portanto, limita os ativos intangíveis a recursos identificáveis, ou seja, recursos que podem ser separados e negociados pela entidade, ou que resultem de direitos contratuais, ou outros direitos legais. Todavia, uma organização pode apresentar diversos recursos imateriais que não necessariamente se enquadram na categoria de “identificáveis”. Logo, tal definição deve ser encarada somente para efeitos de reconhecimento em separado dos Ativos Intangíveis nas Demonstrações Financeiras.

Sendo assim, podem-se definir ativos intangíveis de forma mais ampla, como recursos incorpóreos controlados por uma organização, capazes de gerar benefícios econômicos.

O conceito de Capital Intelectual insere-se neste contexto, visto que, de acordo com Brooking (1996), Stewart (1998 e 2001), Pablos (2002), e Lev (2001, 2003 e 2004), este está diretamente relacionado aos elementos intangíveis resultantes das atividades e práticas administrativas desenvolvidas pelas organizações para se adaptarem e atuarem na realidade atual.

Para Brooking (1996), o Capital Intelectual tem sua origem na combinação de ativos intangíveis que geram benefícios intangíveis para as empresas e que capacitam seu funcionamento. Assim sendo, o Capital Intelectual é classificado pela autora em quatro tipos de Ativos conforme exhibe o Quadro 4:

Quadro 4 – Classificação do Capital Intelectual

Ativo	Descrição
Ativos de Mercado	Compreendem o potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento (<i>backlog</i>), canais de distribuição, franquias etc.
Ativos Humanos	Compreendem os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua <i>expertise</i> , criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.
Ativos de Propriedade Intelectual	Compreendem os ativos que necessitam de proteção legal para proporcionar às organizações benefícios, tais como: <i>know-how</i> , segredos industriais, <i>copyright</i> , patentes, designs etc.
Ativos de Infraestrutura	Compreendem as tecnologias, as metodologias e os processos empregados, como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de risco, banco de dados de clientes etc.

Fonte: Brooking (1996)

Numa outra perspectiva, para Edvinsson e Malone (1998), o Capital Intelectual é representado por “fatores dinâmicos ocultos que embasam a empresa visível formada por edifícios e produtos”. Esses fatores ocultos são divididos em (1) Capital Humano, composto pelo conhecimento, *expertise*, poder de inovação e habilidade dos empregados mais os valores, a cultura e a filosofia da empresa e em (2) Capital Estrutural, composto pelos equipamentos de informática, *software*, banco de dados, patentes, marcas registradas, relacionamento com clientes e tudo o mais da capacidade organizacional que apoia a produtividade dos empregados. Stewart (1998), outro importante estudioso do Capital Intelectual, destaca a importância desta categoria de ativos intangíveis para compartilhar, transmitir e alavancar o conhecimento, e transformar o *know-how* individual em propriedade de um grupo. Adicionalmente, os autores observam que o relacionamento com clientes, parte integrante do Capital Estrutural, pode ser desdobrado em uma categoria separada como Capital de Clientes.

Percebe-se, portanto, que embora categorizem o Capital Intelectual de formas distintas, é possível identificar algumas semelhanças nas abordagens apresentadas. Sendo assim, através das conceituações expostas, conclui-se que, ao contrário dos bens tangíveis como máquinas, equipamentos e instalações – facilmente encontrados no mercado para

negociação –, o Capital Intelectual é composto por recursos imateriais adquiridos ou gerados pela própria organização, que os explora para obter vantagem competitiva.

Dessa forma, os ativos intangíveis tornam-se fatores importantes de diferenciação e de competitividade das empresas, contribuindo, também, para o aumento de seu valor no mercado como bem explica Stewart (1998, p. 52):

Quando o mercado de ações avalia empresas em três, quatro ou dez vezes mais que o valor contábil de seus ativos, está contando uma verdade simples, porém profunda: os ativos físicos de uma empresa baseada no conhecimento contribuem muito menos para o valor de seu produto (ou serviço) final do que os ativos intangíveis – os talentos de seus funcionários, a eficácia de seus sistemas gerenciais, o caráter de seus relacionamentos com os clientes – que, juntos constituem seu capital intelectual.

Logo, o Capital Intelectual apresenta-se como capital não financeiro, representando a lacuna oculta entre o valor de mercado e o valor contábil (EDVINSSON; MALONE, 1998). Entretanto entende-se que o valor da empresa também sofre a influência de diversas variáveis externas, tais como dos fatores econômicos, políticos e sociais; mas não se pode descartar que o valor de uma empresa também está associado à percepção dos *stakeholders* de seu Capital Intelectual (ou do conjunto dos ativos intangíveis), que enxergam em tais recursos a fonte de geração de lucros em longo prazo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como descritivo que, segundo Sampieri et al. (2006), pretende medir informações sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem podendo oferecer a possibilidade de previsões ou relações.

Quanto ao método de pesquisa, trata-se de um estudo quantitativo, pois se pretendeu mensurar a intangibilidade de cada amostra a fim de permitir a comparação entre as mesmas e, também, verificar possíveis relações entre elas, por meio do uso de técnicas estatísticas.

A população alvo da pesquisa se constituiu pelas 533 empresas cadastradas na Bolsa de Mercadorias & Futuro e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). A amostra inicial não utilizou as empresas de participação por não deterem demonstrações suficientes para análise. Portanto, a amostra ficou composta por 446 empresas divididas em dois grupos distintos, sendo eles:

- 1) **Grupo Sustentável:** Empresas que estiveram presentes na carteira do ISE no período compreendido entre 2008 e 2011.
- 2) **Grupo de Controle:** O restante das empresas listadas na BM&F Bovespa no mesmo período.

As empresas de ambos os grupos foram analisadas anualmente separadas por setor, conforme a categorização da BM&FBOVESPA. Dentre os setores listados pela instituição, os denominados: Não Cíclico; Financeiro; Bens Industriais; Telecomunicações; Materiais Básicos; e Utilidade Pública, se enquadraram no Grupo Sustentável, visto que foram os únicos a apresentar empresas listadas no ISE.

A Tabela 1 apresenta a composição da amostra inicial.

Tabela 1: Composição da amostra inicial

Setor	Grupo	2008	2009	2010	2011
Consumo não Cíclico	Controle	23	27	28	31
	ISE	3	3	3	2
Financeiro e Outros	Controle	30	28	31	30
	ISE	4	6	6	8
Bens Industriais	Controle	21	20	25	23
	ISE	1	2	2	2
Telecomunicações	Controle	8	7	7	7
	ISE	1	2	2	1
Materiais Básicos	Controle	28	24	25	25
	ISE	5	7	7	7
Utilidade Pública	Controle	29	29	28	29
	ISE	11	11	11	12

Para essa pesquisa foram adotadas as variáveis independente (VI) e dependente (VD), a saber:

- 1) **VI:** Sustentabilidade mensurada por meio da presença da empresa na carteira ISE.
- 2) **VD:** Grau de Intangibilidade: mensurada pela fórmula conhecida como *Market-to-Book Ratio*.

$$GI = \frac{VMA}{PLC}$$

Em que:

GI = Grau de Intangibilidade

VMA = Valor de Mercado por Ações

PLC = Patrimônio Líquido Contábil

Vale ressaltar que apesar da simplicidade da fórmula utilizada e de a mesma envolver o VMA, que é uma variável que sofre influência da volatilidade do mercado de ações, optou-se pela análise da razão entre os dois valores, e não números absolutos, comparando uma empresa com seus concorrentes ou com a média do setor, além de fazer comparações anuais de forma a se aumentar a confiabilidade dos resultados (STEWART, 1998).

Os dados foram coletados a partir das Demonstrações Financeiras presentes na Economática dentro do período citado, caracterizando-se, portanto, como dados secundários. Optou-se por extrair todos os dados da Economática para manter uma base única, preservando, assim, a homogeneidade dos dados.

Para o tratamento dos dados, inicialmente calculou-se o GI de cada empresa presente na amostra do estudo entre os anos 2008 e 2011. Após o primeiro cálculo para a obtenção desta variável, retiraram-se os valores considerados extremos, uma vez que estes afetam as médias e o desvio padrão podendo comprometer a análise dos dados. Também foram descartadas as empresas que apresentaram GI negativo. Os grupos que apresentaram quantidade inferior a duas empresas após o primeiro tratamento foram desconsiderados da análise, pois se torna inviável tomar por base apenas uma empresa para obtenção da média do setor, tais casos estão identificados na Tabela 2 como NA (não aplicado) e não foram utilizados para análise das médias. Dessa forma, a amostra final ficou distribuída conforme exibe a Tabela 2.

Tabela 2: Composição da amostra final

Setor	Grupo	2008	2009	2010	2011
Consumo não Cíclico	Controle	21	24	27	28
	ISE	3	3	3	2
Financeiro e Outros	Controle	29	27	28	27
	ISE	4	5	6	7
Bens Industriais	Controle	NA	19	21	21
	ISE	NA	2	2	2
Telecomunicações	Controle	NA	6	6	NA
	ISE	NA	2	2	NA
Materiais Básicos	Controle	27	22	24	22
	ISE	4	7	7	7
Utilidade Pública	Controle	26	29	28	29
	ISE	10	10	10	11

NA=não aplicado

Para análise e tratamento dos dados coletados utilizou-se o *software* estatístico IBM SPSS *Statistics Standard* (SPSS). Através do *Shapiro-Wilk Test* verificou-se a normalidade dos dados, permitindo definir qual teste seria o mais adequado para cada amostra. Para amostras normais foi utilizado o *Test t de Student* e o teste não-paramétrico de *Mann-Whitney (M-W)* para as amostras não-normais; o nível de significância adotado foi de 0,05.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após executar os testes estatísticos, a amostra final foi segregada de acordo com o *sig* encontrado. Uma vez que o nível de significância é o fator determinante na igualdade das médias, todo *sig* gerado com valor superior ao adotado evidencia igualdade entre as médias. Dessa forma, os resultados obtidos permitiram a divisão da amostra em dois grupos denominados por: (a) Igualdade Plena; (b) Igualdade Parcial, conforme segue:

- a) **Igualdade Plena:** é composto pelos setores que apresentaram igualdade das médias em todos os períodos analisados. Sendo assim, ao adotar esse critério o grupo foi composto pelos setores: Consumo Não Cíclico, Bens Industriais, Telecomunicações e Materiais Básicos, cujos resultados são evidenciados nas Tabelas 3, 4, 5 e 6, respectivamente:

Tabela 3: Resultado Consumo Não Cíclico

		2008	2009	2010	2011
Sig		,570	,500	,067	,135
Igualdade		Sim	Sim	Sim	Sim
Média	Controle	1,584	1,184	1,915	1,620
	ISE	3,465	3,428	6,825	7,302
Desvio Padrão	Controle	,768	,625	1,293	1,156
	ISE	4,978	4,757	5,566	7,710

Tabela 4: Resultado Bens Industriais

		2009	2010	2011
Sig		,590	,730	,490
Igualdade		Sim	Sim	Sim
Média	Controle	1,216	1,598	1,579
	ISE	1,090	1,390	1,215
Desvio Padrão	Controle	,913	,820	,709
	ISE	,198	,156	,474

Tabela 5: Resultado Telecomunicações

		2009	2010
Sig		,420	,605
Igualdade		Sim	Sim
Média	Controle	1,087	1,017
	ISE	1,290	1,575
Desvio Padrão	Controle	,314	,394
	ISE	,057	1,110

Tabela 6: Resultado Materiais Básicos

		2008	2009	2010	2011
Sig		,906	,372	,777	,702
Igualdade		Sim	Sim	Sim	Sim
Média	Controle	1,757	1,134	1,374	1,042
	ISE	1,335	,847	1,219	1,077
Desvio Padrão	Controle	1,455	,838	1,114	,674
	ISE	,033	,280	,412	,473

Por meio dos dados contidos nas tabelas 3, 4, 5 e 6 pode-se verificar que os setores estudados apresentaram *sig* superior a 0,05. Assim sendo, verifica-se que nestes setores não há diferença significativa das médias de Grau de Intangibilidade (GI) entre as empresas listadas no ISE e as pertencentes ao grupo de controle. Neste caso, no que se refere ao GI, a sustentabilidade não pode ser utilizada como um fator de segregação. Esses resultados demonstram que para as empresas enquadradas nos setores analisados, as ações de caráter socioambiental não contribuem para que se sobreponham em relação à intangibilidade.

- b) **Igualdade Parcial:** é composto pelos setores que não apresentaram igualdade das médias em todos os períodos analisados. Sendo assim, ao adotar esse critério o grupo foi composto pelos setores: Utilidade Pública e Financeiro e Outros, cujos resultados são evidenciados nas Tabelas 7 e 8, respectivamente.

Tabela 7: Resultado Utilidade Pública

		2008	2009	2010	2011
Sig		,003	,048	,510	,079
Igualdade		Não	Não	Sim	Sim
Média	Controle	1,430	1,598	1,757	2,064
	ISE	,776	,803	,877	1,126
Desvio Padrão	Controle	,919	1,156	1,197	1,473
	ISE	,313	,389	,325	,653

Na tabela 7 é possível verificar que o setor apresenta *sig* inferior a 0,05 nos dois primeiros períodos e *sig* superior a 0,05 nos dois últimos. Assim sendo, não é possível

estabelecer critérios para a categorização das empresas em relação ao GI, tendo como fator de segregação a sustentabilidade. Isso significa que, em relação à intangibilidade, as empresas listadas na carteira do ISE enquadradas no setor Utilidade Pública não se sobrepõem às demais do mesmo setor.

Tabela 8: Resultado Financeiro e Outros

		2008	2009	2010	2011
Sig Igualdade		,060	,000	,001	,004
Igualdade		Sim	Não	Não	Não
Média	Controle	1,016	,779	1,098	1,097
	ISE	2,060	1,534	3,713	3,076
Desvio Padrão	Controle	,502	,245	,807	,752
	ISE	1,400	,455	3,665	3,169

Na tabela 8 pode-se verificar que o primeiro período apresentou *sig* superior a 0,05 e nos demais períodos *sig* inferior a 0,05. Nota-se que para o referido setor a média do GI das empresas listadas na carteira do ISE é superior à média das demais empresas na maioria dos períodos estudados. Após o ano de 2008 os resultados sugerem uma tendência de que as empresas presentes no setor Financeiro e Outros apresentam maior grau de intangibilidade. Entretanto, ainda não é possível estabelecer critérios para a categorização das empresas em relação ao GI, tendo como fator de segregação a sustentabilidade.

5. CONCLUSÃO

A Sustentabilidade e o Capital Intelectual (ou ativos intangíveis) são temas recorrentes na literatura acadêmica e corporativa, sendo considerados na atualidade elementos de diferenciação e de vantagem competitiva no desempenho empresarial. Contudo, não se observam estudos empíricos que associem de forma conjunta estas duas variáveis.

Sendo assim, este estudo abordou os temas Sustentabilidade Corporativa e Capital Intelectual, de modo a se verificar se o comprometimento das sociedades abertas comprometidas com iniciativas de caráter socioambiental contribui para o fortalecimento de seus Ativos Intangíveis. Buscou-se, portanto, comprovar por meio de métodos e técnicas estatísticas, a existência de uma relação entre essas duas variáveis.

Como ambas as variáveis são formadas por elementos imateriais e, por consequência, de difícil mensuração, optou-se por fatores representativos que permitissem sua operacionalização. Dessa forma, a presença das empresas listadas na BMF&BOVESPA na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi considerada um indicador de Sustentabilidade e o Grau de Intangibilidade (GI), a razão entre o valor de mercado e patrimônio líquido, um índice representativo do Capital Intelectual.

Através de testes estatísticos foi feita a comparação do GI das empresas que compõe a carteira do ISE com as demais empresas listadas na BM&FBOVESPA, de acordo com seus setores, no período compreendido entre 2008 e 2011 e os resultados obtidos indicaram igualdade entre as médias do GI na maioria dos setores estudados, sugerindo, portanto, que não há relação entre as duas variáveis.

Embora não tenha sido possível estabelecer para a amostra estudada a associação sugerida por Lemme (2010) entre sustentabilidade corporativa e fortalecimento dos ativos intangíveis no desempenho empresarial, não se pode negar sua existência. O não estabelecimento dessa relação pode-se dever ao fato de as técnicas de mensuração das variáveis lidarem com elementos imateriais que dificultam uma precisão quantitativa.

Ressalta-se, ainda, que os resultados deste estudo limitam-se a amostra utilizada, não devendo ser estendidos as demais empresas.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. **Capital Intelectual: Verdades e Mitos**. Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.

ANTUNES, Maria Thereza P. **A influência dos investimentos em Capital Intelectual no desempenho das empresas: um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras**. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antônio Carlos de. **Evidenciação**. Caderno de Estudos da FIPECAFI, São Paulo, n. 5, p.1-40, jun./1992.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de et al. **Sustentabilidade Empresarial: Conceitos e Indicadores**. In: III Congresso Virtual Brasileiro de Administração, p. 1-20, nov./2006.

BALANÇO SOCIAL (IBASE). Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=3>>. Acesso em 12 abr. 2012.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO E DA BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS (BM&FBOVESPA). Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/intros/introsobre-a-bolsa.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BROOKING, Annie. **Intellectual Capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; Amâncio, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez. 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação n. 29, de 05 de fevereiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=/deli/deli029.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

DOMENEGHETTI, Daniel; MEIR, Roberto. **Ativos intangíveis: como sair do deserto competitivo dos mercados e encontrar um oásis de valor e resultados para sua empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

EDVINSSON, L. MALONE, M. S. **Capital Intelectual**. New York: Makron Books, 1998.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

IUDÍCIBIS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

LEMME, Celso Funcia. O valor gerado pela sustentabilidade corporativa. In: LINS, Clarissa; ZYLBERSZTAJIN, David. (Org.). **Sustentabilidade e Geração de Valor – A Transição para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.

LEV, Baruch. Measuring the value of Intellectual Capital. *Ivey Business Journal*. New York, march / abril, p. 16 – 20, 2001. In: _____. Sharpening the intangibles edge. *Harvard Business Review (HBR) Spotlight*, p. 109 – 116, June, 2004.

MILANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. Artigo Técnico ed. 11 – **Comentários Interessantes Sobre Sustentabilidade** – 17 de Maio de 2011.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - **NBC T 15 - Informações de Natureza Social de Ambiental**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>> Acesso em: 10 abr. 2012.

PABLOS, Patricia Ordóñez. Evidence of intellectual capital measurement from Asia, Europe and Middle East. *Journal of Intellectual Capital*, Denmark, v. 3, n. 3, p. 287-302, 2002.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 15, n. 36, p. 7-20, set./dez. 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo. Studio Nobel – Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández, LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Mc Graw-Hill. 2006. 3ª Edição.

SAVITZ, Andrew W.; WEBER, Karl. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscila Martins Celeste. 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

STEWART, Thomas A. *The wealth of knowledge: intellectual capital and twenty-first century organization*. New York: Currency Book, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. 261 p.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. Sustentabilidade e Contabilidade - **Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC**, Florianópolis, ano 06, v.1, n. 11, p. 187-206, Jan/Jun. 2009.